

# Supuração fisiológica

MAURO CHAVES

A fixação, pelos constituintes, do tempo de mandato do presidente Sarney, importa muito menos como definição de sobrevida de seu governo do que como avaliação — sobretudo moral — da classe política que atualmente representa a sociedade brasileira.

Quanto à duração do governo que aí está, um ano a mais ou a menos jamais teria condições de reverter as expectativas gerais da sociedade, em relação a seu desempenho. Nem a propaganda mais desenfreada poderia modificar substancialmente, a esta altura, o nível de credibilidade do governo Sarney até seu final. Nem um gênio da publicidade fazendo sua lâmpada brilhar no topo de uma montanha de dinheiro — dos contribuintes, é claro — conseguiria, perante a opinião pública, associar a imagem desse governo a conceitos tais como "austeridade", "eficiência", "competência", "honestidade" etc. É claro que um ano a mais de poder, mesmo sob grande desprestígio popular, pode ser de mil e uma utilidades (para quem detém esse poder, certamente). Não há maiores esperanças de que o esticamento da gestão Sarney venha a significar mais do que isso.

Muito mais importante é a possibilidade de avaliação, por parte da sociedade, da qualidade dos homens públicos com assento no Congresso Constituinte, neste episódio — talvez histórico — da fixação do atual mandato presidencial. Notório é que neste país jamais se transacionara assim, de maneira tão escusa e despudorada, no meio parlamentar. A troca de "apoio" ao governo por empregos públicos, por diretorias nas estatais, por concessões, empréstimos, vantagens de todo o tipo, se não pode ser considerada novidade em nossa história política, é prática absolutamente inédita em termos de quantidade, intensidade e tempo, valendo dizer: nunca um governo brasileiro concedeu tantos favores (em troca de votos), em tão pouco tempo, a tantos membros do Legislativo. Nunca antes o Parlamento no Brasil se parou tanto com um baleão de negócios, uma feira livre ou um mercado persa.

Note-se que entre os "cincoanistas" — como de resto em todo o Congresso Constituinte — não se viu "defensores" do governo Sarney. Não há ligação partidária ou ideológica entre os governistas mas sim um liame estritamente fisiológico: entre cada cincoanista e os setores do governo encarregados de distribuir os favores oficiais, em troca de "apoio", de acordo apenas com o princípio da reciprocidade, expresso na consagrada frase franciscana "é dando que se recebe".

Muitos poderão dizer que ao conceder cinco anos de mandato para Sarney, contrariando assim o desejo da sociedade brasileira — expresso por um sem número de pes-

quisas de opinião, amplamente divulgadas —, o Congresso Constituinte, pela maioria de seus membros, repete o comportamento assumido em relação à emenda das Diretas-já, a Dante de Oliveira. Não seria a primeira vez, então, que os representantes do povo decidiriam claramente contra a vontade política do eleitorado, traindo o mandato popular lhes conferido. Mas isto nos parece apenas uma meia verdade. Grande parte, senão a maioria dos que votaram contra a emenda Dante de Oliveira não queria eleições diretas mesmo, preferia ideologicamente as indiretas, do colégio eleitoral. Alguns, talvez porque tivessem receio do fim do sistema militar, da tutela imposta à sociedade civil. Outros — principalmente pedessistas — porque se sentiam imbuídos de um certo senso de "fidelidade partidária", e acreditavam, àquela altura, que o PDS jamais perderia uma eleição indireta — no que de certo modo estavam certos... Além do mais, não se podia prever quem ocuparia o poder, fossem as eleições diretas ou indiretas. Com os cincoanistas ocorre coisa bem diversa: não estão ligados, como dissemos acima, a um sistema partidário ou ideológico, mas sim grudados, cada um individualmente, a um sistema de benefícios oficiais. Já sabem muito bem — ao contrário dos indiretistas de ontem — qual será o governo do Brasil nos próximos dois anos, pelo que não se pode conceder-lhes nem o benefício da dúvida. E se os antidiretas já receberam favores do governo Figueiredo para votar contra a Dante de Oliveira as operações de venda e compra não eram escancaradas, tão desavergonhadas como as de agora.

Uma coisa parece certa: em que pese o atual marasmo; a apatia, a aparente abulia da sociedade brasileira em relação a tudo o quanto se refira à política, a poderes públicos e a governo — o que deriva de um acúmulo enorme de decepções, resultantes do desastre administrativo, econômico e moral da Nova República — está sendo bem registrada na consciência do eleitorado a conduta de seus representantes na Constituinte. O fisiologismo vinha crescendo, evoluindo, até chegar ao auge, como uma inflamação que se desenvolveu até finalmente estourar e drenar. A partir de agora prevê-se que os parlamentares federais que pretendam reeleger-se — tendo votado a favor dos cinco anos — deverão desenvolver esforço enorme para "provar" que não foram corrompidos pelo Planalto. É de se prever, também, uma reestruturação partidária que leve em conta essa "supuração fisiológica", que estabeleça para o eleitorado a distinção clara entre os de consciência mais livre e os cooptados — ou comprados — para que nas próximas eleições os homens de bem não se enganem mais e encontrem candidatos capazes de trabalhar para tornar este país uma democracia limpa e civilizada, sem tantas "tenebrosas transações" pela gula do poder.